

**OS LAÇOS
DE AMOR**

**JESSICA
BENJAMIN**

OS LAÇOS DE AMOR

PSICANÁLISE, FEMINISMO E O
PROBLEMA DA DOMINAÇÃO

**JESSICA
BENJAMIN**

tradução Virginia H. Ferreira da Costa



Sumário

<i>Apresentação da tradutora brasileira</i>	7
Introdução	13
1. O primeiro laço	23
2. Senhor e escravo	71
3. O desejo da mulher	111
4. O enigma edipiano	169
5. Gênero e dominação	227
6. Conclusão	273
<i>Agradecimentos</i>	279
<i>Referências bibliográficas</i>	281
<i>Notas</i>	305
<i>Posfácio à edição brasileira</i>	365
<i>Índice onomástico</i>	373

Apresentação da tradutora brasileira

A primeira tradução de uma autora, sobretudo quando a obra constitui seu trabalho inaugural, é sempre um marco a ser comemorado, mas também uma responsabilidade diante da qual prosseguimos com cautela. Afinal, as decisões da primeira tradução tendem a fornecer os parâmetros de referência que constituirão a base de discussão (inclusive eventuais correções) para futuras traduções de outras obras da autora. É com tal intenção que *Os laços de amor: psicanálise, feminismo e o problema da dominação*, o primeiro livro de Jessica Benjamin traduzido para o português, chega ao Brasil.

O livro inaugural de Jessica Benjamin é referência incontornável para a compreensão de seu pensamento e é considerado o de maior relevância da autora. Não há dúvidas quanto à importância de noções centrais que aparecem de forma bem delineada desde a sua primeira obra e que sofrem poucos ajustes ao longo de sua trajetória intelectual.

Neste livro, destaca-se um diálogo interdisciplinar, observável na enorme quantidade de obras às quais a autora faz referência, de modo que os debates extrapolam os campos principais de atuação da autora (psicanálise, feminismos e Teoria Crítica) para alcançar a literatura, sociologia, política e filosofia.

No que se refere à Teoria Crítica, em especial aquela recepcionada e desenvolvida no Brasil, as reflexões de Jessica Benjamin encontram na perspectiva intersubjetiva (da psicanálise e da teoria social) um caminho alternativo às relações de dominação autoritárias, privilegiando o reconhecimento mútuo no lugar

da internalização de figuras dominantes. Tal privilégio revela o peso de Jürgen Habermas. Observamos também uma intensa remissão a reflexões de autores da primeira geração do Instituto de Pesquisa Social, o que fez Samir Gandesha reconhecer que a solução intersubjetiva de Jessica Benjamin não seria tão distante da proposta tardia de Theodor W. Adorno. Sua influência fica evidente, ainda, em obras de autores mais recentes da Teoria Crítica, para além de Axel Honneth. Deve ser considerado, sobretudo, o fato de Jessica Benjamin, ao lado de Angela Davis, ser uma das primeiras teóricas críticas a produzir críticas feministas internas à tradição do Instituto.

No livro, Benjamin desenvolve uma ética do reconhecimento que tem como base a constituição subjetiva pensada segundo uma base psicanalítica. Seu enfoque se encontra na fase pré-edipiana de mutualidade entre mãe-bebê, momento de tensão entre amor e agressividade, em vez do costumeiro e unilateral “dar ou receber” que reina na diferenciação durante a fase do complexo de Édipo narrado pela psicanálise ortodoxa.

Trata-se de complementar os mecanismos defensivos edipianos de separação e individuação ao refletir sobre aspectos de inclusão típicos de fases anteriores e que ainda não teriam sido suficientemente considerados na Teoria Crítica e na psicanálise. Ela o desenvolve por meio da primeira infância, onde há, paradoxalmente, mutualidade assimétrica: sintonia profunda e diferenças de necessidade entre os participantes. Com isso, a autora nos conduz a uma reflexão sobre os níveis de diferenciação intersubjetiva entre amor identificatório e amor objetual, às fronteiras entre sujeito e objeto, alcançando as bases das relações heterossexuais e a própria epistemologia ocidental como um todo.

Por isso, se seu campo de atuação é eminentemente teórico crítico, e se suas ferramentas principais de análise são psicanalíticas, seu objetivo maior é contribuir para uma reflexão sobre as relações de gênero.

Nesse sentido, Benjamin toma a polaridade de gênero como base para seu diagnóstico da racionalidade instrumental. Se esta, pensada por Max Weber como o fundamento do capitalismo, reduz a reflexividade a um meio de relação com o objeto, Benjamin enxerga tal processo pseudorreflexivo hegemônico como um “homólogo social” da rejeição masculina da mãe, denominando-o “racionalidade masculina”. Para ela, os elementos edipianos que separam mãe e bebê remontariam à prevalência de tal racionalidade que promove rivalidade, unilateralidade, polaridade e pretensa independência autônoma. Contudo, tal superdiferenciação edipiana seria uma “falsa diferenciação”, uma vez que ela não ocorre por meio da tensão de reconhecimento mútuo entre sujeitos, mas via objetificação/reificação, isto é, a redução da mãe a um mero objeto passivo do sujeito masculino.

Por isso, a autora é clara ao demonstrar como, embora as contribuições de Donald Winnicott tenham sido fundamentais para sua teoria, ele não considera a perspectiva da mãe como sujeito em suas reflexões sobre a mutualidade. Jessica Benjamin, então, complementa Winnicott com seu feminismo hegeliano, isto é, a luta até a morte por reconhecimento elaborada por Hegel, mas com a diferença de que se procura pela sobrevivência de ambos os lados, mesmo que mediante conflitos e colapsos.

Há, portanto, um intenso paradoxo explorado pela autora que encaminha seu pensamento a diversas direções, como a agressividade e o prazer envolvidos no sadomasoquismo, ou ainda a um certo não binarismo de gênero e a uma psicanálise não heterossexista, como comenta Judith Butler.

Esperamos que a tradução desta obra contribua com os debates sobre psicanálise, Teoria Crítica e feminismos como um dos passos de uma jornada bem mais longa em direção a uma ética da reciprocidade tensa que povoa a intuição da autora.

Virginia H. Ferreira da Costa

Os laços de amor

Introdução

O ser humano não é uma criatura dócil, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado; ele é, ao contrário, uma criatura cujos dotes instintuais incluem também uma parcela considerável de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador ou um objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer sua tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar suas posses, para humilhá-lo, para provocar-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*; quem, depois de tudo o que aprendeu com a vida e com a história, ousaria contestar essa afirmação?

Sigmund Freud,

O mal-estar na civilização

Desde que Thomas Hobbes, na sua justificação da autoridade, analisou pela primeira vez as paixões, a dominação tem sido entendida como um problema psicológico. Fazendo eco à visão de Hobbes sobre o estado de natureza, Freud localiza as origens do problema nas nossas propensões lupinas. A injunção de amar o próximo não é o reflexo de uma preocupação permanente com os outros, mas o testemunho do oposto: nossa propensão

para a agressão. Embora Freud reconheça que as restrições da cultura são dolorosas, ele também acredita que elas nos protegem dos perigos da natureza, ou, dito de outra forma, que a regra da autoridade é preferível à guerra de todos contra todos. Um exame minucioso da destrutividade humana convence-o de que a repressão exigida pela civilização é preferível à impiedade que prevalece no estado de natureza. Algum tipo de dominação é inevitável; a única questão é saber de que tipo. Perante a teoria monumental de Freud sobre a vida psíquica e sua interação com a cultura, quem de fato desafiaria a sua conclusão?

Entretanto, a visão de Freud sobre o conflito entre instinto e civilização, ambos com seus perigos e limitações, acabou criando um impasse para o pensamento social. Ao formular nesses termos o problema da dominação, Freud não nos deixou saída: ou aceitamos a necessidade de uma autoridade racional para controlar a nossa perigosa natureza, ou defendemos, de maneira ingênua, que nossa natureza benevolente é perigosamente reprimida pela ordem social. Essa oposição entre instinto e civilização obscurece, no entanto, a questão central: como realmente funciona a dominação? Como Foucault coloca:¹ “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?”

O conceito de repressão não dá conta do fato de que “o poder se sustenta” não ao negar nosso desejo, mas ao moldá-lo, convertendo-o em um servo voluntário, seu empregado ou representante. Não consegue compreender a dominação como um sistema que transforma todas as partes da psique. Somente quando percebemos que o poder não é simplesmente proibição é que podemos ultrapassar certo enquadramento da escolha, pensado nos termos de uma autoridade repressiva e uma natureza irrestrita.

Na verdade, a compreensão de Freud sobre autoridade é mais complexa do que essa escolha sugere. Ele leva em conta

o que podemos chamar de meios “eróticos” da cultura de vincular os indivíduos, apesar da resistência deles. A obediência às leis da civilização é inicialmente inspirada não pelo medo ou pela prudência (como Freud nos diz), mas pelo amor; amor pelas primeiras figuras poderosas que demandam obediência. A obediência, é claro, não exorciza a agressão; ela apenas a redireciona contra a *self*. Lá, ela se torna um meio de autodominação, infundindo a voz da consciência com a hostilidade que não pode ser dirigida à “autoridade inatacável”.² Dessa forma, Freud nos forneceu uma base para ver a dominação como um problema não tanto da natureza humana, mas das relações humanas: a interação entre a psique e a vida social. Trata-se de um problema que deve ser definido não simplesmente em termos de agressão e restrições próprias à civilização, mas como uma extensão dos laços de amor.

Este livro é uma análise da interação entre amor e dominação. Ele concebe a dominação como um processo de mão dupla, um sistema que envolve a participação daqueles que se submetem ao poder, bem como daqueles que o exercem. Acima de tudo, este livro procura entender como a dominação está ancorada no coração dos dominados.

Essa questão não é nova. A análise clássica de Dostoiévski sobre a autoridade, “O grande inquisidor”, dramatizou a força psicológica da dominação. Nessa obra, Cristo retorna à Terra durante a Inquisição e questiona o inquisidor quanto à degradação da fé pela Igreja: Por que um ato livre de amor foi transformado em uma prática de submissão? O inquisidor responde que as pessoas não querem liberdade e verdade, pois isso só causa privação e sofrimento; elas querem milagre, misericórdia e autoridade. A dor que acompanha a obediência é preferível à dor que acompanha a liberdade. A impressionante proximidade do poder supremo encarnado na Igreja torna a dor tolerável e até mesmo uma fonte de inspiração ou transcendência. Essa

capacidade de alistar a esperança de redenção é a assinatura do poder que inspira a submissão voluntária. Reconhecemos isso em uma ampla gama de fenômenos sociais, seja um papa ou um partido político, como o poder que inspira medo e adoração simultaneamente.

Freud ofereceu a perspectiva mais abrangente sobre o funcionamento da dominação. Conforme sua visão sobre o estado de natureza, Freud imaginou as origens da civilização na luta primordial entre pai e filho. Os filhos que derrubam a autoridade do pai passam a ter medo de sua própria agressividade e ilegalidade e lamentam a perda de seu maravilhoso poder; assim, eles restabelecem a lei e a autoridade à imagem do pai. Em um círculo aparentemente inquebrável, a revolta é sempre seguida pela culpa e pela restauração da autoridade. Como observou Herbert Marcuse, em toda revolução a esperança de abolir a dominação foi derrotada pelo estabelecimento de uma nova autoridade: “Toda revolução também foi uma revolução traída”³

A pesquisa psicanalítica sobre dominação foi reformulada inúmeras vezes desde Freud, mas sempre em termos da metáfora primária da luta entre pai e filho. Alguns críticos psicanalíticos concluíram que a autoridade paterna não era tão ruim, afinal, porque os filhos herdavam tanto os benefícios quanto os limites da lei. Outros se opuseram a essa concessão à autoridade, argumentando que o fim da repressão poderia dissolver potencialmente a destrutividade dos instintos. Mas a oposição deles à lei paterna baseava-se em uma compreensão da natureza que evitava o problema da destrutividade humana e parecia, de fato, ir contra tudo o que sabemos sobre a vida e a história.

O problema histórico que moldou de forma mais poderosa a pesquisa sobre dominação foi, é claro, o surgimento dos movimentos de massa fascistas com sua submissão extática ao líder hipnótico. Alguns críticos sociais de orientação psicanalítica argumentaram que foi o fracasso da autoridade paterna

racional – uma “sociedade sem pai” – que estimulou os anseios de rendição a um líder poderoso. Assim, o paradigma da luta entre pai e filho enquadrando a compreensão da dominação como uma escolha entre a autoridade racional democrática e a autoridade irracional; essencialmente, uma escolha do mal menor.⁴

O que é extraordinário sobre a discussão da autoridade em todo o pensamento freudiano é que ela ocorre exclusivamente em um mundo de homens. A luta pelo poder se dá entre pai e filho; a mulher não desempenha nenhum papel nela, exceto como prêmio ou tentação de regressão, ou como o terceiro ponto de um triângulo. Não há luta entre homem e mulher nessa história; de fato, a subordinação da mulher ao homem é tida como certa, é invisível. Até mesmo os freudianos mais radicais deixaram estranhamente intocada a mais profunda e não examinada suposição da psicanálise sobre a dominação: a subordinação da mulher ao homem.⁵ Essa suposição faz mais do que apenas sacralizar todas as ideias arcaicas, conscientes e inconscientes, sobre homens e mulheres; ela também fornece, como veremos, a racionalização definitiva para a aceitação de toda autoridade.

Este livro faz uso da crítica feminista e da reinterpretação da teoria psicanalítica para reexaminar o problema da dominação.⁶ A consciência contemporânea da subjugação das mulheres desafiou consideravelmente a aceitação da autoridade que permeia o pensamento psicanalítico. O feminismo forneceu um ponto de apoio para erguer o edifício freudiano, revelando que sua base reside na aceitação da autoridade e das relações de gênero. Assim, o que aparecia no pensamento freudiano como a inevitabilidade psicológica da dominação pode agora ser visto como o resultado de um processo complexo de desenvolvimento psíquico e não como um “alicerce”.

O ponto de partida para esse reexame do problema da dominação de gênero é o *insight* de Simone de Beauvoir: a mulher

funciona como o outro primário do homem. Sua natureza se opõe à razão, a imanência à transcendência, a unidade primordial à separação individuada, e o objeto ao sujeito.⁷ Essa análise da dominação de gênero como uma complementaridade de sujeito e objeto, cada um deles a imagem espelhada do outro, oferece uma nova perspectiva sobre o dualismo que permeia a cultura ocidental. Ela mostra como a polaridade de gênero subjaz os dualismos familiares (como autonomia e dependência), e, assim, estabelece as coordenadas para as posições de senhor e escravo.

A questão fundamental que devemos considerar é por que essas posições continuam a moldar a relação entre os sexos, apesar do compromisso formal de nossa sociedade com a igualdade; o que explica sua persistência psicológica? Acredito que a teoria psicanalítica possa ajudar a esclarecer o que se aceitava anteriormente: a gênese da estrutura psíquica na qual uma pessoa faz o papel de sujeito e a outra deva servir como seu objeto. Meu propósito é analisar a evolução dessa estrutura e mostrar como ela forma a premissa fundamental da dominação.

Mostrarei como a estrutura de dominação pode ser observada desde a relação entre a mãe e o bebê até o erotismo adulto, desde a consciência mais antiga da diferença entre a mãe e o pai até as imagens globais de homem e mulher na cultura. Começaremos com o conflito entre dependência e independência na vida infantil e avançaremos em direção aos opostos de poder e rendição na vida sexual adulta. Veremos como a masculinidade e a feminilidade são associadas às posturas de senhor e escravo, ou seja, como essas posturas emergem nas diferentes relações de meninos e meninas com a mãe e o pai, moldando os destinos distintos de crianças de ambos os sexos. Observaremos a identificação das meninas como objeto e dos meninos como sujeito no modelo psicanalítico central de desenvolvimento, o complexo de Édipo, e veremos como essa oposição distorce o

próprio ideal do indivíduo. Por fim, seguiremos esse ideal até a cultura em geral, que preserva a estrutura de dominação mesmo quando parece abarcar a igualdade.

A ancoragem profunda dessa estrutura na psique é o que dá à dominação sua aparência de inevitabilidade, fazendo com que pareça impossível uma relação em que ambos os participantes sejam sujeitos, igualmente empoderados e respeitosos. Como uma teoria dos processos mentais inconscientes, a psicanálise oferece um ponto de entrada muito promissor para analisar essa estrutura. Mas ela também, como vimos no pensamento de Freud, abriga a melhor racionalização da autoridade. Como resultado, encontramos na psicanálise uma ilustração de nosso problema, bem como um guia para ele. Ao analisar a dominação, este livro tece, portanto, uma crítica do pensamento psicanalítico em relação a cada uma dessas questões: desenvolvimento individual, diferença de gênero e autoridade.*

Desafiar o pensamento psicanalítico anterior não é, como acreditam algumas feministas, apenas uma questão de argumentar que os estereótipos sexuais ou “vieses” do pensamento freudiano são socialmente construídos. Tampouco se trata de desafiar a visão de Freud sobre a natureza humana, argumentando que as mulheres, ao contrário dos homens, são “criaturas dóceis”. Ao adotar a crítica feminista da polaridade de gênero, estou ciente de que, às vezes, ela tende a reforçar o dualismo que critica. Toda divisão binária cria a tentação de simplesmente inverter seus termos, de elevar o que foi desvalorizado

.....

* Como essa crítica frequentemente contrasta a teoria psicanalítica “clássica” com as revisões recentes, mantive muitos detalhes técnicos e especializados, para o leitor que se interessar, na seção das notas de fim. Fiz isso com a crença de que a psicanálise deve manter um pé na teoria e prática clínicas e outro no discurso intelectual de alcance público.

e menosprezar o que foi supervalorizado. Evitar a tendência à inversão não é fácil, sobretudo se considerarmos a divisão existente, na qual a mulher é culturalmente definida como oposição ao masculino. Para desafiar a divisão sexual que permeia nossa vida psíquica, cultural e social, é necessário criticar tanto a idealização do lado masculino quanto a valorização reativa da feminilidade. O que se faz necessário não é tomar partido, mas, sim, manter o foco na própria estrutura dualista.

Os riscos desse empreendimento são altos. Uma perspectiva mais nítida sobre esse assunto é particularmente importante para o pensamento feminista atual, porque uma grande tendência no feminismo construiu o problema da dominação como um drama da vulnerabilidade feminina vitimada pela agressão masculina. Até mesmo as pensadoras feministas mais sofisticadas frequentemente se esquivam da análise da submissão, por medo de que, ao admitir a participação da mulher na relação de dominação, o ônus da responsabilidade pareça passar dos homens para as mulheres e a vitória moral das mulheres para os homens. De modo mais geral, este tem sido um ponto fraco da política radical: idealizar os oprimidos, como se sua política e cultura não fossem afetadas pelo sistema de dominação, como se as pessoas não participassem de sua própria submissão. Reduzir a dominação a uma simples relação entre aquele que inflige e aquele que é infligido é substituir a indignação moral por análise. Essa simplificação, além disso, reproduz a estrutura da polaridade de gênero sob o pretexto de atacá-la.

Neste livro, tentei desenvolver e reenquadrar a teoria psicanalítica para contar novamente a história de dominação em Freud, de modo a preservar sua complexidade e sua ambiguidade. Freud concluiu que não poderíamos prescindir da autoridade (internalizada como culpa) e que inevitavelmente sofreremos com suas restrições. Sem dúvida, nossa situação histórica hoje nos permite questionar prontamente a forma masculina

da autoridade, algo que Freud não fez. No entanto, isso, por si só, não resolve o problema da destrutividade ou da submissão; apenas nos conduz a uma nova abordagem para compreender a tensão entre os desejos de ser e não ser livre. Perseverar nessa abordagem, acredito, requer da teoria um pouco daquela qualidade que Keats demandava da poesia: capacidade negativa. O equivalente teórico dessa habilidade de enfrentar o mistério e a incerteza “sem qualquer tentativa irritante de ir atrás do fato e da razão” seria o esforço para entender as contradições do fato e da razão sem qualquer tentativa irritante de privilegiar um lado em detrimento do outro.

Como já disse em outro lugar, uma teoria ou uma política que não consiga lidar com a contradição, que negue o irracional, que tente higienizar os componentes eróticos e fantásticos da vida humana, não é capaz de visualizar um fim autêntico para a dominação; ela apenas esvazia o campo de possibilidades.

1. O primeiro laço

A psicanálise desviou seu foco depois de Freud, direcionando sua visão em direção a fases cada vez mais precoces do desenvolvimento na primeira e na segunda infâncias. Essa reorientação teve muitas repercussões: deu à díade mãe-criança uma importância no desenvolvimento psíquico que rivaliza com o triângulo edipiano e, conseqüentemente, estimulou uma nova construção teórica do desenvolvimento individual. Essa mudança do edipiano para o pré-edipiano – ou seja, do pai para a mãe –, pode ter sido, na verdade, aquilo que mudou todo o enquadramento do pensamento psicanalítico. Antes, a psique era concebida como um campo de força composto por pulsões e defesas, mas agora passou a ser entendida como um drama interno do Eu e dos objetos (maneira pela qual a psicanálise denomina a representação mental dos outros). Inevitavelmente, o foco no Eu e em suas relações internas com os objetos levou a um interesse crescente na ideia do *self* e, de modo mais amplo, na relação entre o *self* e o outro. Nos últimos vinte e cinco anos, houve um florescimento de teorias psicanalíticas sobre o crescimento inicial do *self* na relação com o outro.¹

Neste capítulo, mostrarei como a dominação se origina em uma transformação da relação entre o *self* e o outro. Resumidamente, a dominação e a submissão resultam da ruptura da tensão necessária entre a autoafirmação e o reconhecimento

mútuo que possibilita o *self* e ao outro se encontrarem como iguais soberanos.

Afirmção e reconhecimento constituem os polos de um equilíbrio delicado. Esse equilíbrio é essencial para aquilo que é chamado de “diferenciação”: o desenvolvimento do indivíduo como um *self* que está ciente de sua distinção em relação aos outros. No entanto, esse equilíbrio – e, com ele, a diferenciação entre o *self* e o outro –, é difícil de sustentar.² Em particular, a necessidade de reconhecimento gera um paradoxo. O reconhecimento é a resposta do outro que torna significativos os sentimentos, as intenções e as ações do *self*. Ele permite que o *self* perceba sua autonomia e autoria de uma forma tangível. Mas tal reconhecimento só pode vir de um outro que nós, por sua vez, reconhecemos como uma pessoa em seus próprios direitos. Hegel demonstrou que essa luta para ser reconhecido por um outro e, assim, confirmar nosso *self*, forma o núcleo das relações de dominação. Mas o que Hegel formulou no nível da abstração filosófica também pode ser discutido em termos do que hoje sabemos sobre o desenvolvimento psicológico do bebê. Neste capítulo, acompanharemos o curso do reconhecimento nos primeiros encontros do *self* com o outro (ou outros) que o nutre e veremos como a incapacidade de sustentar o paradoxo nessa interação pode converter a troca de reconhecimento em dominação e submissão – o que frequentemente ocorre.

O começo do reconhecimento

Enquanto embala sua filha recém-nascida e olha em seus olhos, a mãe de primeira viagem diz: “Acredito que ela me conheça. Você me conhece, não é? Sim, você me conhece”. Ao cantarolar para a bebê com aquela voz suave, aguda e repetitiva (a fala “infantilizada” que os cientistas confirmam ser a fala universal), ela

atribui à bebê um conhecimento que vai além do comum. Para o observador cético, esse conhecimento pode parecer nada mais do que uma projeção. Para a mãe, no entanto, esse momento tranquilo após a mamada – frequentemente após uma tempestade crescente de choros e convulsões corporais, o esforço um tanto desajeitado para conectar a boca do bebê ao mamilo, o relaxamento gradual à medida que a bebê começa a sugar e o leite começa a fluir e, finalmente, o olhar alerta, atento, mas enigmático da bebê – esse momento é, de fato, o do reconhecimento. Ela diz à bebê: “Ei, estranha, você é realmente aquela que eu carreguei dentro de mim? Você me conhece?”. Ao contrário do observador, ela não ficaria surpresa ao saber que experimentos rigorosos mostram que sua bebê já consegue distingui-la de outras pessoas, que os recém-nascidos já preferem a visão, o som e o cheiro de suas mães.³

A mãe que se sente reconhecida pelo bebê não está simplesmente projetando seus próprios sentimentos no filho, o que ela certamente faz. Ela também está relacionando o passado do recém-nascido, dentro dela, com o futuro dele, fora dela, como uma pessoa separada. O bebê é um estranho para ela.* Ela ainda não tem certeza de quem é esse bebê, embora tenha certeza de que ele já é alguém, uma pessoa única com seu

.....

* Embora eu use a palavra “carregar” e me refira à pesquisa sobre duplas de mãe-bebê em que o bebê era a prole biológica dessa mãe, não estou sugerindo que a experiência seja radicalmente diferente na adoção. Mães adotivas, assim como as biológicas, carregam seus bebês em suas mentes antes do nascimento e se identificam com suas próprias mães, que as carregaram. É a esse acolhimento mental e à mudança para uma relação com um bebê real, fora delas, que me refiro aqui.